

GLOBAL EXCHANGE DO BRASIL
SOCIEDADE CORRETORA DE CÂMBIO
LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017

GLOBAL EXCHANGE DO BRASIL SOCIEDADE CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração de resultado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Global Exchange do Brasil Sociedade Corretora de Câmbio Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Global Exchange do Brasil Sociedade Corretora de Câmbio Ltda. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Global Exchange do Brasil Sociedade Corretora de Câmbio Ltda. (Corretora), em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Limitação dos saldos iniciais

As demonstrações contábeis do ano findo em 2016, semestres e exercício, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 12 de agosto de 2016 e 3 de fevereiro de 2017, respectivamente, sem modificação. As análises desenvolvidas sobre transações e valores que compõem os saldos naquelas datas, conforme determina a NBC TA 510 - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos sobre as demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2017.

Conciliação das Rendas a receber

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº5, em 30 de junho de 2017 a Corretora possui registrado na rubrica “Rendas a receber”, no ativo circulante, o montante de R\$ 2.198 mil, o qual diverge do relatório financeiro em R\$ 885, uma vez que aquele relatório apresenta saldo de R\$ 1.313 mil. Não nos foi apresentada a conciliação e origem desta divergência, assim como não foi possível, através da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, nos certificarmos quanto a adequada apresentação daquela rubrica e seus possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis da Corretora findas naquela data.



Análise de impairment

Em 30 de junho de 2017 a Corretora apresenta saldo de Imobilizado e Intangível, com montantes de R\$ 4.457 mil e R\$ 17.764 mil, respectivamente, perfazendo um total de R\$ 22.221 mil, representando 76,1% de seus ativos totais e 81,4% de seu patrimônio líquido, para os quais não foram realizados laudos para manutenção do valor recuperável destes ativos. Não nos foi possível, através da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nas demonstrações contábeis da Corretora findas naquela data.

Transações entre partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, durante o primeiro semestre de 2017 a Corretora mantém registrado operações passivas com sociedades ligadas, no montante de R\$ 642, sendo este procedimento em desacordo com as práticas contábeis aplicáveis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais coíbem operações desta natureza com partes relacionadas. Como consequência, o patrimônio líquido e o resultado apresentados em 30 de junho de 2017 estão sujeitos às sanções a serem determinadas pelo Banco Central do Brasil, não sendo possível, neste momento, quantificarmos os valores envolvidos e seus efeitos nas demonstrações contábeis da Corretora.

Limites operacionais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22.b, em 30 de junho de 2017 a Corretora não está aderente ao limite mínimo de imobilização para as instituições sujeitas às normas do Banco Central do Brasil, consoante as disposições contidas na Resolução CMN nº 2.286/96.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Corretora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins comparativos, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório de auditoria datado de 12 de agosto de 2016, sem modificação. Conforme mencionado no parágrafo Base para Opinião com Ressalvas, Limitação dos saldos iniciais, nossas análises foram insuficientes para assegurar não haver impactos sobre as demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2017

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F


Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

GLOBAL EXCHANGE DO BRASIL SOCIEDADE CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2017	30/06/2016		Nota explicativa	30/06/2017	30/06/2016
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	3	2.187	2.819	Obrigações fiscais e previdenciárias	9	199	234
Aplicações interfinanceira de liquidez	4	1.135	2.406	Outras obrigações	10	1.060	1.045
Rendas a receber	5	2.198	785			1.259	1.279
Outros créditos	6	1.451	3.353				
		6.971	9.363				
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Depósitos judiciais	12	10	5	Partes relacionadas	11	642	786
		10	5	Contingências	12	5	5
						647	791
Permanente				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	4.457	4.282	Capital social	13	38.950	38.950
Intangível	8	17.764	19.841	Prejuízos acumulados		(11.654)	(7.529)
		22.221	24.123			27.296	31.421
Total do ativo		29.202	33.491	Total do passivo e patrimônio líquido		29.202	33.491

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL EXCHANGE DO BRASIL SOCIEDADE CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

Demonstrações do resultado

Em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o prejuízo por quotas)

	Notas explicativa	30/06/2017	30/06/2016
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações de câmbio	14	6.678	3.554
Rendas de títulos de renda fixa		31	310
Resultado bruto da intermediação financeira		6.709	3.864
Outras receitas/despesas operacionais			
Receitas de prestação de serviços	15	1.731	488
Despesas de pessoal	16	(2.951)	(2.744)
Outras despesas administrativas	17	(6.984)	(5.207)
Despesas tributárias	18	(490)	(284)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	95	(30)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no resultado		(1.890)	(3.913)
Prejuízo do semestre		(1.890)	(3.913)
Atribuível a:			
Quantidade de quotas		38.950.000	7.400.000
Prejuízo por quotas		(0,05)	(0,53)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL EXCHANGE DO BRASIL SOCIEDADE CORRETORA LTDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	7.400	(3.616)	3.784
Aumento de capital	31.550	-	31.550
Prejuízo líquido do semestre	-	(3.913)	(3.913)
Saldos em 30 de junho de 2016	38.950	(7.529)	31.421
Saldos em 31 de dezembro de 2016	38.950	(9.764)	29.186
Prejuízo líquido do semestre	-	(1.890)	(1.890)
Saldos em 30 de junho de 2017	38.950	(11.654)	27.296

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL EXCHANGE DO BRASIL SOCIEDADE CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa Em 30 de junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do semestre	(1.890)	(3.913)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do semestre com o caixa consumido pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.435	600
Varição de ativos e passivos operacionais		
Varição em títulos e valores mobiliários	(578)	(2.866)
Varição em rendas a receber	389	(2.019)
Varição em outros créditos	606	(481)
Varição em depósitos judiciais	307	-
Varição em obrigações fiscais e previdenciárias	(69)	(150)
Varição em outras obrigações	(674)	642
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(474)	(8.187)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(17)	(22.659)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(17)	(22.659)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	-	31.550
Varição em partes relacionadas	(146)	(137)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(146)	31.413
(Redução) / aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(637)</u>	<u>566</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.824	2.253
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	2.187	2.819
(Redução) / aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(637)</u>	<u>566</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Global Exchange do Brasil Sociedade Corretora de Câmbio Ltda, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de setembro de 2014, tem por objetivo social: (i) a prática de operações do mercado de câmbio; (ii) a compra e venda de moeda estrangeira em espécie; (iii) compra e venda de cheques em moeda estrangeira; (iv) operações no mercado interbancário, exceto por arbitragens no País e com o exterior; (v) intermediações em operações de câmbio; (vi) assessoria em operações de câmbio; e (vii) operações de câmbio com clientes para liquidação pronta de até US\$ 100 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou o seu equivalente em outras moedas.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("Bacen") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e BACEN.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Corretora com ata de reunião realizada pelos quotistas em 17 de novembro de 2017.

2.1. Descrição das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são representadas por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Rendas a receber

Registradas inicialmente pelo valor nominal dos títulos os quais estão sujeitos ao ajuste a valor presente. A Corretora considera cada transação no cálculo desse montante, registrando, quando relevante, a crédito nesse grupo de contas em contrapartida á rubrica "Receita bruta de serviços", no resultado.

d) Imobilizado e intangível

É registrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear, de acordo com as taxas informadas nas Notas Explicativas nºs 7 e 8.

e) Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos a obrigação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

f) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda é constituída á alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. No período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSSL) foi majorada em 5% passando para a 20% para pessoas jurídicas referidas nos incisos I a VII e X do§ 1º do art. 1º da Lei Complementar 105/2001 (instituições financeiras), conforme previsto na MP 675/2015, convertida com alterações na Lei 13.169/2015. O efeito do imposto de renda diferido ativo sobre as diferenças temporárias entre os registros contábeis e fiscais e sobre a expectativa dos benefícios futuros sobre o saldo dos prejuízos fiscais e das bases negativas da contribuição social é registrado somente quando existe segurança suficiente sobre a sua realização.

Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016 não constituímos provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social face aos prejuízos apurados.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059/2002, alterado pelas Resoluções nº 3.355/2006 , nº 4.192/2013 e nº 4.441//2015 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Corretora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- a) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- b) Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Em 30 de junho de 2017, a Corretora ainda não havia concluído no referido estudo.

g) Rendas a receber - Operações de Câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base "pro-rata die"), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas (quando aplicável).

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas na Resolução BACEN nº 3.535/08, sendo estas as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- Obrigações legais: são registradas como exigível independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

i) Direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária estão demonstrados pelos seus valores atualizados.

j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. O regime de apuração do resultado é o de competência.

l) Resultado financeiro

Representa os juros sobre aplicações em títulos públicos, remunerados pela taxa oficial, que são reconhecidos nos resultados do exercício pelo regime de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

3. Disponibilidades

	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidade em moeda local	878	1.137
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.282	1.166
Depósitos bancários	27	516
	<u>2.187</u>	<u>2.819</u>

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

p

As aplicações financeiras estão em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates, são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e são classificadas como mantidas para negociação, e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

5. Rendas a receber

	30/06/2017	30/06/2016
Rendas a receber	2.198	785
	<u>2.198</u>	<u>785</u>

As Rendas a Receber representam os créditos provenientes das operações realizadas por meio de cartão de crédito recebíveis da administradora pelo prazo não superior a 30 dias.

A composição das rendas a receber, por vencimento é como segue:

	30/06/2017	30/06/2016
A vencer	2.198	785
Vencidos até 60 dias	-	-
Vencidos de 61 dias a 90 dias	-	-
Vencidos de 91 dias a 120 dias	-	-
Vencidos de 121 dias a 180 dias	-	-
Vencidos acima de 181 dias	-	-
	<u>2.198</u>	<u>785</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Outros créditos

	30/06/2017	30/06/2016
Adiantamentos e antecipações salariais	17	2
Devedores por depósitos em garantia	203	299
Impostos e contribuições a compensar	29	-
Adiantamento de aluguel (a)	1.103	2.993
Outros créditos	99	59
	<u>1.451</u>	<u>3.353</u>

(a) Conforme segundo termo aditivo ao contrato firmado em 14 de maio de 2014, com a concessionária Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., refere-se a antecipação dos pagamentos de aluguel mensal no período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2018, pela cessão onerosa de uso do espaço aeroportuário do Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek e do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Almirante, em Natal/RN, para instalação de 7 (sete) balcões de exploração das atividades de agência de câmbio, sendo (cinco) em Brasília e 2 (dois) em Natal/RN.

7. Imobilizado

			Depreciação	30/06/2017	30/06/2016
	%	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10	1.994	(282)	1.712	1.481
Móveis e equipamentos de uso	10	1.903	(484)	1.419	1.429
Sistema de comunicação	20	173	(40)	133	101
Sistema de processamento de dados	20	917	(303)	614	798
Sistema de segurança	10	624	(90)	534	473
Veículos	20	53	(8)	45	-
		<u>5.664</u>	<u>(1.207)</u>	<u>4.457</u>	<u>4.282</u>

A movimentação do ativo imobilizado está assim apresentada:

	Saldo em 30/06/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2017
Instalações	1.438	539	(63)	(202)	1.712
Móveis e equipamentos de uso	1.457	375	(67)	(346)	1.419
Sistema de comunicação	100	55	(3)	(19)	133
Sistema de processamento de dados	813	264	(310)	(153)	614
Sistema de segurança	474	180	(108)	(12)	534
Veículos	-	53	-	(8)	45
	<u>4.282</u>	<u>1.466</u>	<u>(551)</u>	<u>(740)</u>	<u>4.457</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Intangível

				30/06/2017	30/06/2016
	%	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de transferência (a)	20	20.085	(2.407)	17.678	19.719
Gastos com aquisição de software	20	165	(79)	86	122
		<u>20.250</u>	<u>(2.486)</u>	<u>17.764</u>	<u>19.841</u>

(a) Refere-se ao pagamento pela Cessão de Uso de Área Comercial do Complexo Aeroportuário do Galeão, no valor de R\$ 20.000, conforme contrato nº 02/2016/0001, celebrado com a Concessionária Aeroporto do Rio de Janeiro S.A, em 10 de fevereiro de 2016, com prazo de cessão de fevereiro de 2016 a abril 2026 e R\$ 85 refere-se Cessão de Direitos de Uso da Estrutura Técnica do Shopping Center Pátio Brasil, localizado no SC/SUL, Quadra 07, Bloco A, LUC nº 510, 3º Piso, Brasília/DF, conforme contrato celebrado com o Condomínio do Pátio Brasil Shopping, em 18 de agosto de 2015, com prazo de cessão indeterminado.

A Movimentação do ativo intangível está assim apresentada:

	Saldo em 30/06/2016	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 30/06/2017
Direitos de transferência	19.719	-	-	(2.041)	17.678
software	122	-	-	(36)	86
	<u>19.841</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.077)</u>	<u>17.764</u>

9. Obrigações fiscais e previdenciárias

	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações fiscais	92	107
Obrigações previdenciárias	107	127
	<u>199</u>	<u>234</u>

10. Outras obrigações

	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações por aquisição de bens e direitos	3	655
Salários a pagar	325	3
Provisões férias e 13º salário	143	372
Contas a pagar (a)	589	15
	<u>1.060</u>	<u>1.045</u>

a) Em 30 de junho de 2017, o saldo de contas a pagar era composto pelos pagamentos de aluguéis e condomínios R\$ 534 (aluguéis e condomínio Galeão R\$ 468, aluguel e condomínio BH 46, condomínio Brasília R\$ 6 e condomínio e Licença Pátio R\$ 14) e R\$ 55 refere-se as despesas operacionais dos pontos comerciais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Partes relacionadas

	30/06/2017	30/06/2016
Valores a pagar sociedade simples	642	786
	<u>642</u>	<u>786</u>

O saldo de valores a pagar sociedade ligadas em 30 de junho de 2017 e 2016, referem-se as dívidas contraídas pela Global Exchange do Brasil Participações Ltda. em cobertura dos gastos pré-operacionais da Corretora. Essa dívida é amortizada com pagamentos assumidos pela Corretora em nome da Global Exchange do Brasil Participações Ltda.

12. Contingências

a) Passivos contingentes classificados como perda provável

Em 30 de junho de 2016, as contingências, com risco de perda classificadas como provável, totalizam R\$ 5 (R\$ 5 em 30 de junho de 2016).

O somatório dos montantes acima descritos, julgado suficiente pela Administração da corretora em face de possíveis perdas, está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Contingências". Para essas causas, foram efetuados depósitos judiciais, cujo montante atualizado monetariamente, na data do balanço, é de R\$ 10 (R\$ 5 em 30 de junho de 2016), registrado contabilmente na rubrica "Depósitos judiciais", no realizável a longo prazo. A movimentação das provisões para contingências no exercício e a composição dos depósitos judiciais estão abaixo apresentadas:

	30/06/2017				30/06/2016
	Trabalhista	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhista
Passivos Contingentes					
Saldo no início do semestre	5	-	-	-	5
Constituições/Reversões	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-
Saldo no final do semestre	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
	30/06/2017				30/06/2016
Depósito Judicial	Trabalhista	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhista
Saldo no início do semestre	5	-	-	5	5
Constituições/Reversões	-	-	-	-	-
Pagamentos	5	-	-	5	-
Saldo no final do semestre	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>5</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Corretora é ré em processos de natureza trabalhista que totalizam R\$ 365 em 30 de junho de 2017 (R\$ 5 em 30 de junho de 2016), para os quais foram apresentadas as defesas na esfera judicial trabalhista. Do total de contingências em 30 de junho de 2017, R\$ 360 não reconhecemos contabilmente porque foi avaliada pelos advogados com probabilidade de perda possível.

b) Passivos contingentes classificados como perda possível

Em 30 de junho de 2017, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 8 (oito) processos de natureza trabalhista que somam R\$ 360, todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda).

c) Órgãos reguladores

Não existem em curso processos administrativos por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Corretora.

13. Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 38.950 (trinta e oito milhões, novecentos e cinquenta mil reais, representados por 38.950.000 cotas com valor unitário de R\$ 1,00 cada, assim distribuídos entre os cotistas.

Cotistas	%	Nº cotas	R\$
Global Exchange do Brasil Participações Ltda.	99,99	38.949.999	38.949.999
Houche Jose Pulcherio	0,01	1	1
	100	38.950.000	38.950.000

Em 03 de fevereiro de 2016, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 27.000, representado por 27.000.000 novas cotas. Este processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 03 de fevereiro de 2016.

Em 27 de abril de 2016, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 4.550, representado por 4.550.000 novas cotas. Este processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de abril de 2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Resultado de operações de câmbio

O Resultado de operações de Câmbio é originado das operações de compra e venda de moedas estrangeiras, sendo as receitas e despesas contabilizadas pelo regime de competência.

	30/06/2017	30/06/2016
Rendas de Operações de Câmbio	7.030	4.045
Despesas de Operações de Câmbio	(352)	(491)
	<u>6.678</u>	<u>3.554</u>

15. Receita de Prestação de Serviços

As Receitas de Prestação de Serviços são provenientes de comissão cobradas sobre as operações realizadas de câmbio e reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas de Prestação de Serviços	1.731	488
	<u>1.731</u>	<u>488</u>

16. Despesas de pessoal

Os Administradores da Instituição são remunerados por meio de honorários, registrado na Rubrica "Proventos" no Grupo de "Despesas de pessoal".

	30/06/2017	30/06/2016
Proventos	1.574	1.512
Benefícios	884	727
Encargos Sociais	493	494
Treinamento	-	11
	<u>2.951</u>	<u>2.744</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

17. Outras despesas administrativas

	30/06/2017	30/06/2016
Serviços prestados por terceiros	21	29
Processamento de dados	83	80
Alugueis	3.917	2.061
Serviços do sistema financeiro	332	191
Comunicações	279	225
Serviços técnicos especializados	314	462
Depreciação e amortização	1.435	600
Material	28	45
Viagens no país	73	377
Manutenção e conservação de bens	117	547
Transportes	73	136
Propaganda e publicidade	-	104
Outras	312	350
	<u>6.984</u>	<u>5.207</u>

18. Despesas tributárias

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	83	24
Cofins	343	176
PIS/PASEP	56	29
Outras	8	55
	<u>490</u>	<u>284</u>

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	30/06/2017	30/06/2016
Variação monetária ativa	2	-
Receitas por quebra de caixa	135	45
Outras rendas	5	-
Total de outras receitas	<u>142</u>	<u>45</u>
Prejuízo por quebra de caixa	(44)	(51)
Outras despesas	(3)	(24)
Total de outras despesas	<u>(47)</u>	<u>(75)</u>
	<u>95</u>	<u>(30)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Remuneração dos administradores

a) Quadro de remuneração dos administradores

A seguir, o quadro de remuneração de administradores, incluindo todos os benefícios aos administradores:

Pessoal-chave da Administração		
Membros da Diretoria	30/06/2017	30/06/2016
Honorários	209	51
Benefícios	89	-
	<u>298</u>	<u>51</u>

A Corretora não possui benefícios de longo prazo, pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações e nenhum saldo pendente com o pessoal chave da administração.

21. Compromissos

Contratos de aluguel

A Corretora realiza suas atividades operacionais em imóveis alugados. Os contratos de locação possuem cláusulas de correção anuais, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). Segue abaixo a projeção anual de pagamentos para os próximos exercícios, considerando a vigência dos contratos em aberto:

Ano	Pagamentos				
	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Distrito Federal	Rio Grande do Norte
2018	7.845	96	1.200	346	600
2019	7.850	120	1.200	400	600
2020	7.860	144	1.200	435	600

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Limites operacionais

a) Acordo Basiléia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Em 30 de junho de 2017, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados é de 30,73%, superior, portanto, ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 11%.

Detalhamento do índice Basiléia	30/06/2017
RWAcpad - Risco de Crédito	11.500
RWAjur4 - Risco de Taxas de juros	16
RWAcam - Risco de Exposição Cambial	11.190
RWAO - Risco Operacional	15.102
RWA - Montante dos ativos ponderados pelo risco	37.807
PRE - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	3.497
PR_LB - Patrimônio de Referência para o Limite da Basiléia	11.617
MC - Margem De Capital	8.120
IB - Índice de Basiléia	30,73%

b) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução nº 2.286/96 do Banco Central do Brasil, o limite de imobilização permitido é de 50,0% com relação ao patrimônio de referência para o limite de imobilização. Em 30 de junho de 2017, o índice de imobilização é insuficiente devido ao patrimônio de referência para ao limite de imobilização ser negativo.

Datalhamento do índice de Imobilização	30/06/2017
Patrimônio de Referência (PR)	13.085
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização (PR_LI)	13.085
Ativo Permanente	22.221
Ajustes Prudenciais Deduzidos do PR Registrados no Ativo Permanente	14.211
Valor da Situação para o Limite de Imobilização	8.010
Limite para Imobilização (LI)	6.542
Valor da Margem ou Insuficiência para o Limite de Imobilização (M/I)	(1.468)
Limite de imobilização	61,2%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

23. Gestão de Riscos

A gestão do risco tem como objetivo minimizar o eventual impacto negativo resultante da sua materialização, bem como avaliar as relações de Risco x Retorno, atuando não só de forma preventiva aos eventos de incerteza, mas principalmente, criando oportunidades de ganhos. A gestão de riscos é realizada a partir das diretrizes existentes nas normas e políticas da Corretora, cuja gestão é de responsabilidade da Diretoria Executiva e da Área de Governança Corporativa.

i. Gerenciamento do risco operacional

Por definição, o risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

O crescente aumento do volume de operações da Corretora nos últimos anos, associada à necessidade de sofisticação tecnológica, tornou o ambiente de negócios mais complexos e aumentou a exposição aos riscos. Diante disto e conforme Resolução nº 3.380/06, a Corretora criou uma estrutura de gerenciamento do risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e mitigar os riscos associados as suas atividades. A Corretora desenvolve permanentemente políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas advindas da exposição aos riscos inerentes às suas atividades, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais, visando monitorar, controlar e assegurar o cumprimento das regras e normas aplicáveis, para que práticas inadequadas não comprometam a condução dos negócios e acarretem perdas contábeis. O relatório de risco operacional está à disposição dos interessados na sede da Corretora.

ii. Gerenciamento do Risco de Mercado

Conforme Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Esta definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado da Corretora encontra-se em linha com os princípios do Conselho Monetário Nacional e constitui um conjunto de regras para controlar a exposição ao risco, mantendo-o diariamente em níveis mínimos, conforme parâmetros estabelecidos pela Diretoria Executiva e Financeira. Cabe ressaltar que o processo de gestão e controle do risco de mercado é revisado periodicamente com objetivo de manter-se alinhado com as legislações vigentes e melhores práticas de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

Dessa forma, a estrutura criada está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua carteira conforme determina a Resolução nº 3.490/07 do Banco Central do Brasil. O relatório de risco de mercado está à disposição dos interessados na sede da instituição.

iii. Gerenciamento do Risco de Crédito

Fundamentado na Resolução do Banco Central nº 3.721, de 30 de abril de 2009, a exposição ao risco de crédito pela Corretora está ligada a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de câmbio. A Corretora não realiza quaisquer operações de crédito. Como instrumentos mitigadores, além de atuar de forma conservadora, respeitando rigorosamente os limites regulamentares e prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, a área de Compliance possui procedimentos de avaliação que permitem agir proativamente na seleção das instituições e clientes aptos a operar com a corretora, minimizando a exposição ao risco. Não foram registradas no período perdas decorrentes de eventos relacionados a risco de crédito. O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito está à disposição dos interessados na sede da instituição.

iv. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital conta com um processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da instituição, incluindo o planejamento e a proteção de metas de necessidade de capital, consistentemente com as estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura de riscos decorrentes. Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõe o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. O gerenciamento do capital tem por objetivo o acompanhamento, o planejamento e a manutenção do capital, em níveis compatíveis com os riscos incorridos, de forma consistente com o plano orçamentário e as metas e estratégias do negócio. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Res. 3.490 e pela Res. 3.988, do CMN. O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento de capital está à disposição dos interessados na sede da instituição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

24. Cobertura de seguros (não auditado)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

25. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Informamos que a Administração, no semestre findo em 30 de junho de 2017, não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados a Financeira, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Corretora.